

PETIÇÃO INICIAL TRABALHISTA

RIO SUL PARADA - RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DO TRABALHO DA ____ VARA DO TRABALHO DE RIO SUL PARADA

RECLAMANTE: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____

CPF: _____

CTPS Nº: _____ SÉRIE: _____ UF: _____

PIS/PASEP: _____

DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

RECLAMADA: _____

CNPJ: _____

INSCRIÇÃO ESTADUAL: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

RAMO DE ATIVIDADE: _____

I – DOS FATOS

DATA DE ADMISSÃO: ____/____/____ DATA DE DEMISSÃO: ____/____/____

FUNÇÃO: _____ ÚLTIMO SALÁRIO: R\$ _____

1. O Reclamante foi admitido pela Reclamada para exercer a função acima mencionada, cumprindo jornada regular e realizando suas tarefas com dedicação e eficiência.

2. Durante o contrato de trabalho, houve descumprimento das condições legais e contratuais, tais como não pagamento correto de horas extras, adicional noturno, e não recolhimento do FGTS.

3. O desligamento ocorreu sem justa causa, porém sem a observância das verbas rescisórias devidas, gerando prejuízos ao Reclamante.

II – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

1. Da relação de emprego: conforme disposto nos artigos 2º e 3º da CLT, configurou-se o vínculo empregatício entre as partes, com todas as obrigações legais decorrentes.
2. Das verbas trabalhistas: conforme artigos 7º, incisos VIII, XIII e XVI da Constituição Federal, bem como dispositivos da CLT, o Reclamante faz jus ao recebimento das verbas pleiteadas.
3. Das horas extras e adicionais: conforme art. 59 da CLT e Súmulas do TST, as horas extras devem ser remuneradas com adicional mínimo de 50%, bem como o adicional noturno conforme art. 73.
4. Do FGTS e multa de 40%: a Reclamada não efetuou o recolhimento correto do FGTS durante o contrato, fazendo jus o Reclamante à cobrança dos valores devidos acrescidos da multa prevista no art. 18, §1º da Lei 8.036/90.
5. Da Justiça Gratuita: o Reclamante declara não possuir condições financeiras para arcar com as custas do processo, requerendo os benefícios da justiça gratuita, conforme art. 790, § 4º da CLT.

III – DAS PROVAS

Requer a produção das seguintes provas para comprovação dos fatos alegados:

- Prova documental;
- Testemunhal;
- Pericial, se necessário;
- Inspeção judicial;
- Outros meios admitidos em direito.

IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

1. A citação da Reclamada para apresentar defesa, sob pena de revelia e confissão;
2. **A condenação da Reclamada ao pagamento das seguintes verbas trabalhistas:**
 - **Aviso prévio indenizado;**
 - **13º salário proporcional;**
 - **Férias proporcionais acrescidas de 1/3;**
 - **Saldo de salário;**
 - **FGTS com multa de 40%;**

- Multa do art. 477 da CLT;
- Multa do art. 467 da CLT;
- Horas extras com adicional e reflexos;
- Adicional noturno e reflexos;
- Adicional de insalubridade/periculosidade, se cabível;
- Indenização por danos morais, se comprovados;
- Diferenças salariais;
- Vale-transporte e vale-refeição/alimentação;
- Indenização por não cadastramento/liberação do seguro-desemprego;
- Outros direitos eventualmente devidos.

3. A entrega dos seguintes documentos:

- CTPS atualizada;
- Guias para levantamento do FGTS;
- Comunicação de dispensa para habilitação no seguro-desemprego;
- Termos de rescisão do contrato de trabalho;
- Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP).

4. A concessão dos benefícios da justiça gratuita;

5. A condenação da Reclamada ao pagamento de honorários advocatícios;

6. A aplicação do art. 523 do CPC para pagamento voluntário, sob pena de multa.

V – DO VALOR DA CAUSA

Dá-se à causa o valor de R\$ _____ para efeitos fiscais.

Nestes termos,

Pede deferimento.

_____, ____ de _____ de _____
 Local Data

 Advogado(a)

OAB/ ____ Nº _____

Fonte original deste documento:

<https://modelo-juris.com/rio-sul-parada/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://modelo-juris.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.